

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A ADAPTAÇÃO CURRICULAR

Raquel Oliveira Konda

RESUMO: Na atualidade surge um novo paradigma para as escolas que é propiciar uma educação inclusiva para todas as crianças. Este artigo cujo nome é "A formação de professores e a adaptação curricular" mostra a importância trabalhar a formação do professor para que ele tenha segurança em agir na adaptação curricular, voltada para os alunos com necessidades especiais. O objetivo desse estudo objetivo geral indicar a importância da adaptação curricular para a formação dos professores. Como objetivos específicos estão centrados em, conhecer o que é a adaptação curricular, como prover uma adaptação eficiente dos alunos que apresentam a deficiência intelectual ou deficiência física e como praticar uma avaliação eficiente. A metodologia está calcada na pesquisa bibliográfica de autores que enfatizam a importância da escola se abrir para as crianças com necessidades especiais e, no estudos dos manuais publicados pela SME/DOT, SEE/SP e pelo MEC que indicam como atuar com o deficiente intelectual para o integrar na sociedade e na comunidade. Nele se indica que a educação especial incorpora princípios de uma pedagogia forte e atual, benéfica aos alunos matriculados na escola. As ações compartilhadas pelos docentes devem garantir um melhor rendimento escolar para todas as crianças envolvidas com o processo de inclusão. Portanto, esse estudo pretende auxiliar o professor em sua nova tarefa de praticar a inclusão para todos através da adaptação curricular.

Palavras-chave: Adaptação Curricular. Ações compartilhadas. Avaliação.

SUMMARY: Nowadays, a new paradigm for schools emerges that is conducive to inclusive education for all children. This article, whose name is "Teacher Training and Curriculum Adaptation", shows how important it is to work on teacher training so that it is safe to act in curricular adaptation, focusing on students with special needs. The objective of this general objective study indicate the importance of curricular adaptation for teacher training. As specific objectives are centered on, know what is the curricular adaptation, how to provide an efficient adaptation of the students that present the intellectual

disability or physical disability and how to practice an efficient evaluation. The methodology is based on the bibliographical research of authors who emphasize the importance of the school to be open to children with special needs and, in the studies of the manuals published by SME / DOT, SEE / SP and the MEC that indicate how to work with the intellectual disabled to integrate it into society and the community. It indicates that special education incorporates principles of a strong and current pedagogy, beneficial to the students enrolled in the school. Actions shared by teachers should ensure a better school performance for all children involved with the inclusion process. Therefore, this study intends to assist the teacher in his new task of practicing inclusion for all through curricular adaptation.

Keywords: Curricular Adaptation. Shared actions. Evaluation

INTRODUÇÃO

Este artigo enfoca a importância de prover uma excelente formação dos professores preparando-os para trabalhar a adaptação curricular de alunos, na rede pública ou privada. Ele trata do conhecimento dos mecanismos da inclusão dos alunos com necessidades especiais e com deficiência intelectual na escola formal, indicando a importância da adaptação curricular. Também mostra que, nos diferentes segmentos educacionais a inclusão ainda não é um campo bem explorado e seguro a todos os docentes. Considera que, na maioria das vezes há a colocação do aluno com necessidades especiais em sala de aula e, poucos docentes têm a clareza de como fazê-los avançar no conhecimento.

Essa realidade acontece porque o modelo de exclusão das crianças, com deficiência da sociedade e na escola é muito antiga e, no passado, todos aqueles que apresentavam sinais de alguma deficiência eram deixados em casa ou em instituições e ali ficavam até morrer.

Felizmente, surgiram movimentos, leis e decretos que vieram modificar a situação de descaso e de negligência vivida por pessoas com deficiência, e abordando a inclusão na sociedade histórica e na escola deram oportunidade a essas pessoas. Entretanto, a realidade vivida pelas instituições escolares é que, poucas ações concretas aconteceram, seja no plano físico ou

na área intelectual, para adaptar e incluir, realmente, as crianças no contexto da nova realidade que se abriu após a Declaração de Salamanca. (UNESCO 1994). Entretanto há necessidade de transformações físicas e normativas na Unidade Escolar para que a inclusão ocorra e o professor precisa estar preparado para agir com intencionalidade e conhecimento para ter sucesso na tarefa docente.

Por isso, esse estudo tem como objetivo geral indicar a importância da adaptação curricular para a formação dos professores. Como objetivos específicos estão centrados em, conhecer o que é a adaptação curricular, como prover uma adaptação eficiente dos alunos que apresentam a deficiência intelectual ou deficiência física e uma avaliação eficiente.

A metodologia é qualitativa e se assenta em pesquisa bibliográfica de documentos publicados pelos órgãos normativos do governo estadual e federal e por livros de autores que abordam a importância da inclusão curricular.

Este trabalho se desenvolve em três capítulos, no primeiro é abordada a adaptação curricular, o que é e como deve ser aplicada para uma eficiência maior na inclusão dos alunos. No segundo capítulo tem como tema como prover a adaptação eficiente para os alunos com deficiência física ou intelectual. O terceiro capítulo aborda a avaliação do aluno submetido à adaptação curricular, indicando que ela precisa ser vista com critérios claros pelo docente. Espera-se que este artigo seja útil aos professores e gestores das diferentes escolas que atendem os alunos com dificuldades, e que se colocando ao seu lado os ajudam na real inclusão.

1. A INCLUSÃO DOS ALUNOS E AS ADAPTAÇÕES CURRICULARES

A concepção de adaptações curriculares é entendida pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura) como as estratégias e os critérios de atuação do professor, em sala de aula, para trabalhar com seus alunos, oferecendo as decisões adequadas para melhorar a ação educativa escolar. Essas estratégias e critérios visam atender as reais peculiaridades de

aprendizagem dos alunos, dando condições de assimilação no processo de ensino-aprendizagem e precisam atender as diversidades das necessidades de todos os alunos existentes na escola. (MEC/SEE/SEESP)

Nesse contexto, as adaptações curriculares apresentadas pelo MEC/SEF/SEESP, voltadas para a educação especial tem como objetivo principal, prover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Essa condição leva em consideração na responsabilidade de todos no momento da elaboração do projeto político pedagógico da escola.

Esse documento precisa nascer das intenções, estudos e conhecimento da realidade escolar, da realidade escolar que está condensada no Projeto Político Pedagógico da Escola. O Projeto Político Pedagógico é uma instância onde os diferentes segmentos representados na Unidade Escolar voltam sua atenção para a implantação de reais práticas inclusivas na escola, verificam a questão do aprendizado, estudam o que é significativo para a comunidade que utiliza daquela Unidade e formalizam critérios de avaliação coerentes e assentados na realidade encontrada. Nos casos encontrados de alunos com necessidades especiais verificam e atualizam as práticas de inclusão.

Na questão da inclusão dos alunos com deficiência intelectual ou motora, o Projeto Político Pedagógico deve privilegiar a criação de adaptação curricular, na implantação de um currículo dinâmico, que sofre alterações, que se necessário se amplia, para que atenda com competência a todos os educandos.

Escola e professores juntos com pais e funcionários indicam, então que, as adaptações curriculares são resultado concreto de um plano pedagógico e acontecem após os docentes gestarem ações claras, consistentes, assentadas em critérios que mostram:

- O que o aluno deve aprender;
- Como e quando aprender;
- Que formas de organização de ensino são consideradas eficientes para o processo de aprendizagem;
- Como e quando avaliar o aluno. Levando em consideração o processo de ensino aprendizagem, o contexto em que se realiza e

as ajudas e apoios de outros alunos, de suas famílias e dos professores.

É essencial que, a partir da formalização do Projeto Político Pedagógico surjam mudanças nas posturas dos professores frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Essas mudanças precisam refletir no Plano Municipal de Educação, no Projeto Pedagógico da Unidade Escolar, e no Plano de Ensino do professor que contempla os critérios de avaliação. Só então, as adaptações curriculares surgem como as possibilidades de trabalhar concretamente com os alunos com necessidades especiais.

1.1 Adaptações Curriculares para alunos com necessidades especiais

Em 1978, na Inglaterra, Mary Warnock, que fazia parte do Departamento de Educação e Ciência, publicou um relatório de investigação mostrando as condições reais da situação educacional inglesa a partir da década de 70. Nele ela mostrava as conclusões da investigação feita e, dava recomendações sobre a necessidade de mudanças na educação. Suas pesquisas após chegarem ao Parlamento Inglês, se tornaram mundialmente conhecidas, influenciando a educação no mundo inteiro.

No Brasil, textos legais como a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96) e as Diretrizes para a Educação Especial publicadas em 2001 foram influenciadas por esse relatório, onde ela questionava os objetivos e funções da educação. Questionava o fato de a educação denominar pessoas segundo a categoria de classificação de suas deficiências ou do desajustamento social a que estavam submetidos, pedindo a retirada do termo deficiência, pois considerava que ele era pejorativo.

() Os conceitos de deficiência (disability) e o de desvantagem educacional (educational handicap) – associados às dificuldades de aprendizagem foram examinados, alegando-se que não há uma relação biunívoca entre inabilidade física, mental, sensorial, e as dificuldades enfrentadas pelos alunos.

() ...O Relatório deixa evidente que a presença da deficiência não implica, sempre, em dificuldades de aprendizagem. De outro lado, inúmeros alunos apresentaram distúrbios de

aprendizagem sem serem, necessariamente, portadores de deficiência. Mas, ambos os grupos têm necessidades educacionais especiais, exigindo recursos que não são utilizados na “via comum” da educação escolar, para alunos das mesmas idades. (SEESP/MEC-BRASÍLIA, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-2006, p.32)

Para os estudos ainda devem ser considerados alunos que apresentam as condutas típicas de distúrbios invasivos de desenvolvimento, os alunos que demonstravam possuir altas habilidades e também os superdotados, pois também eles encontravam dificuldades frente ao modo convencional de ensinar, que era a característica das escolas. Neste contexto, há necessidade de intervenção, pois muitos professores consideram que o aluno superdotado aprende sozinho, e não necessita de apoio. Entretanto, a realidade demonstra que eles precisam receber apoios suplementares dos seus professores e também das suas escolas, embora sejam diferentes daqueles dados aos demais alunos.

O relatório de Mary Warnock mostrou que, é muito grande o número de alunos com dificuldades de aprendizado nas instituições escolares e, que esses jovens deveriam ser vistos como alunos com “necessidades educacionais especiais”. Para eles a escola deveria buscar medidas preventivas para evitar que os casos se intensificassem, e professores deveriam se mobilizar para dar respostas educativas adequadas para atuar com competência junto a esses alunos.

O resultado visível das consequências do Relatório de Mary Warnock foi a reflexão levantada sobre a avaliação e a organização que deveria se processar o atendimento dos alunos com necessidades especiais.

() O impacto educacional provocado pela deficiência depende, principalmente, do estágio do desenvolvimento global alcançado pela criança, por outro lado, as dificuldades enfrentadas, mesmo pelas mais severamente comprometidas, dependem dos estímulos e apoios que lhes são oferecidos em casa e na escola. O mesmo aplica-se às necessidades educacionais especiais dos alunos com distúrbios de aprendizagem, sem serem deficientes. (SEESP/MEC-BRASÍLIA, SECRETARIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL-2006, p.33)

São as necessidades especiais que irão indicar que tipo de estratégias, diferentes daquelas que são usualmente usadas para os demais alunos, que devem ser consideradas. Elas permitem que todas as crianças possam participar das oportunidades educacionais e encontrar bons resultados na aprendizagem e o mais importante, sem grandes mudanças, optando pela normalidade em todas as estratégias, apresentando os assuntos segundo os estudos feitos na área.

De acordo com Stenberg (2000 apud Ausubel 1978, p.41)

(...) As ideias mais gerais de um assunto devem ser apresentadas primeiro e, depois, progressivamente diferenciadas em termos de detalhe e especificidade. Os materiais de instrução devem tentar integrar o material novo com a informação anteriormente apresentada por meio de comparações e referências cruzadas de ideias novas e antigas. STENBERG 2000 apud AUSUBEL (1978, p.41)

É essencial considerar que algumas estratégias dependem de tomadas de decisão de esferas político-administrativas superiores, pois envolvem modificações e ações de natureza política, administrativa, financeira, burocrática, que são as Adaptações Curriculares de Grande Porte.

As Adaptações Curriculares de Pequeno Porte são aquelas que estão incluídas em adaptações menores, são ajustes nas ações que o professor planejou para suas aulas.

Esses ajustes, que são denominados de Adaptações de grande ou de pequeno porte são essenciais em três momentos ou níveis do planejamento educacional: no Plano Municipal da Educação e no Projeto Pedagógico, no Município e na Unidade Escolar; no Programa de Ensino, que é o instrumento elaborado pelo professor e na sua programação individual de ensino, quando põem em evidência as estratégias que empregará com sua sala de aula.

1.2 Adaptações Curriculares a necessidade frente ao desafio de formar o aluno

Quando a escola está formando junto com os demais segmentos escolares o seu Projeto Político Pedagógico ela deve atentar sobre a abertura dada pelas demais instâncias administrativas que são voltadas para a flexibilização curricular. Isso significa se deparar com objetivos, conteúdos, métodos de ensino, estratégias de avaliação, tempo, e organização mostrada pelos órgãos normativos e que serão norteadores da ação escolar.

Para considerar que objetivos deverão ser consagrados é essencial conhecer a diversidade dos alunos que fazem parte da escola, pois eles serão o centro do Projeto Político Pedagógico. Em seguida, todos se debruçam sobre o Planejamento da análise da instituição, esmiuçando o contexto escolar para definir as variáveis visíveis e invisíveis que estão agindo no ambiente escolar inclusivo.

De acordo com (SEESP/MEC-BRASÍLIA, -2006, p.11) as adaptações curriculares de grande porte devem considerar:

- A real necessidade do aluno;
- A relação entre o nível de competência curricular do aluno e a proposta curricular regular;
- O caráter processual do desenvolvimento humano e da aprendizagem, permanecendo aberto para subseqüentes alterações nas decisões tomadas.

Para que elas aconteçam, portanto há necessidade de:

- Ser precedidas de uma criteriosa avaliação do aluno, considerando sua competência acadêmica;
- Fundamentar-se na análise do contexto escolar e familiar do aluno, para a busca de identificação dos elementos adaptativos necessários para o desenvolvimento do aluno;
- Contar com a participação de uma equipe de apoio multiprofissional no processo de estudo de cada caso, análise e tomada de decisão;
- Ser registradas documentalmente, integrando o acervo de informações sobre o aluno;
- Evitar, sempre, que as programações individuais sejam definidas, organizadas e realizadas com prejuízo do aluno, ou seja, para o seu

desempenho, promoção escolar e socialização. (SEESP/MEC-BRASÍLIA, -2006, p.12).

Essas adaptações de grande porte devem convergir para o melhor aproveitamento do potencial do aluno e enriquecimento de sua escolaridade, evitando sempre que haja nivelamento ou rebaixamento dos objetivos, supressão de conteúdos, eliminação de disciplinas.

Ainda dentro do espírito das adaptações de grande porte as escolas têm a responsabilidade de:

- Permitir e prover suporte administrativo, técnico e científico para a flexibilização do processo de ensino, de modo a atender a diversidade;
- Adotar propostas curriculares diversificadas e abertas, em vez de adotar concepções rígidas e homogeneizadoras do currículo;
- Flexibilizar a organização e o funcionamento da escola, de forma a atender á demanda diversificada dos alunos;
- Viabilizar a atuação de professores especializados e de serviços de apoio para favorecer o processo educacional.(SEESP/MEC-BRASÍLIA, -2006, p.13).

Para que haja condições de prover essas transformações é essencial o planejamento estratégico do Município e das próprias unidades escolares, pois algumas dessas modificações são mais fáceis de ocorrerem, demandam menos gasto ou infraestrutura básica.

Para adaptações do currículo é importante lembrar que são necessárias:

- Criação de condições físicas, ambientais e materiais para o aluno na Unidade Escolar;
- Adaptação do ambiente físico escolar;
- Aquisição de mobiliário específico;
- Aquisição dos equipamentos e recursos materiais específicos;
- Adaptação de materiais de uso comum em sala de aula;
- A capacitação contínua dos professores e demais profissionais da educação;

- A efetivação de ações que garantam a interdisciplinaridade e a trans-setorialidade. (SEESP/MEC-BRASÍLIA, -2006, p.14).

Outras transformações, porém, podem não estar disponíveis e serem mais custosas. Entretanto, é essencial a vontade política, a determinação e o empenho de todas as instâncias para que não se perca ao longo do tempo o compromisso com a educação e sejam ampliadas as possibilidades de aprendizagem.

1.3 As adaptações curriculares e as possibilidades de aprendizagem

Conforme o explanado, as adaptações curriculares constituem, pois, as possibilidades educacionais para o professor atuar frente a realidade de sua classe. Elas indicam que é possível realizar a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais.

Sendo assim, o ensino torna-se humanizado, levando em consideração as limitações do aluno, entendendo que elas não se convertem em limites ou em obstáculos, para seu desenvolvimento intelectual. As adaptações curriculares demonstram que, sempre é possível buscar uma forma de potencializar as capacidades dos alunos através de um método adequado.

A adaptação curricular parte da certeza que, todo aluno tem talento, portanto, deve-se reforçar sua autoestima e adaptar a aprendizagem às suas necessidades. A adaptação deve ser feita em diferentes instâncias curriculares, provendo as necessidades particulares e favorecendo o processo ensino aprendizagem. Essas providências auxiliam o aluno a encontrar as formas de administrar sua vida escolar e social e promovem a escola inclusiva.

Para Ferreira (2003, p. 54) a escola inclusiva é aquela que “reconhece e satisfaz as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos.” Na escola inclusiva as adaptações de currículo são as ações que propiciam a criação de condições físicas, ambientais, materiais que são essenciais para o aluno aprender.

Nesse sentido, há necessidade de atuar melhorando os níveis de comunicação e interação dos alunos com necessidades especiais e as pessoas com as quais eles convivem na comunidade escolar, pois com atitudes positivas cria-se uma melhoria na participação de todos os alunos nas atividades escolares. Os alunos que não são portadores de necessidades especiais devem ser convidados a auxiliar os demais colegas, expressando sua atenção e cuidados para com os colegas, pois essa atitude os ajuda a viver a solidariedade e o companheirismo.

Além das ações formais em sala de aula existem as adaptações físicas que dependem da vontade política dos órgãos normativos e da política educacional implantada, portanto, não prescinde da solicitação dos gestores e professores.

A adaptação física ocorre quando os agentes escolares estudam qual o mobiliário deve ser melhorado, que equipamentos específicos serão necessários para que as salas adaptadas estejam voltadas para o atendimento do aluno. Crianças com deficiência auditiva têm o direito de receber próteses auditivas, treinadores de fala, slides, cartazes que facilitem sua inclusão, além de ter acesso à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), tanto durante o processo ensino aprendizagem como durante as avaliações. O MEC também faz doação de material escrito e computadores para as salas de recursos.

As adaptações curriculares são, portanto, entendidas como as modificações organizativas que irão acontecer nos objetivos e conteúdos, nas metodologias e na organização didática, na organização do tempo e na filosofia e também nas estratégias de avaliação de uma escola.

Segundo o documento Projeto Escola Viva que trata das adaptações curriculares de grande porte (2000, p. 19) a adaptação de conteúdos específicos, complementares e/ou alternativos, determinadas pelas adaptações objetivas já realizadas, consigna que, se um determinado objetivo for eliminado do plano de ensino o conteúdo a ele correspondente será também eliminado.

Entretanto, se novos objetivos forem introduzidos para uma criança ou para determinado grupo de alunos, os conteúdos que são ligados a esse objetivo passam a fazer parte do processo ensino aprendizagem.

De acordo com esse instrumento, o professor da sala precisa trabalhar um plano de ensino básico para a classe, e ao mesmo tempo

ter de implantar versões modificadas desse plano para as crianças que têm necessidades especiais. Sempre lembrando que a equipe de apoio deve estar ciente das modificações e auxiliar o professor na tomada de atitude.

O método de ensino e a organização didática podem sofrer modificações, dependendo da especificidade de cada acontecimento, e alguns casos demandam a presença de um professor específico, situações essas que são previstas em lei, portanto têm respaldo legal.

São essas adaptações curriculares que modificando o currículo fazem com que seja contemplada a diversidade, com a flexibilidade desejada, e sem acarretar perda de conteúdo. O objetivo de se prover adaptações curriculares é a escola ou o docente remover ou reduzir as barreiras atitudinais e conceituais que ainda permanecem, levando os alunos a ter participação plena na aprendizagem.

Os professores que contam com dois alunos com necessidades especiais em suas salas de aula, podem solicitar a revisão no total de alunos, entendendo que o número máximo por sala deve ser vinte e cinco crianças, ou no máximo chegar até trinta. De acordo com o documento Escola Viva o acompanhamento individual dos alunos fica prejudicado quando a classe excede o total de trinta alunos e, isso prejudica o bom resultado esperado pelo professor.

2. FORMAÇÃO DE PROFESSORES E A ADAPTAÇÃO CURRICULAR

O professor tem um papel relevante no processo ensino-aprendizagem, despertando processos internos de desenvolvimento que só ocorrem quando a criança interage com outras pessoas. A importância é ainda maior no caso de adaptação curricular, que deve estar prevista no processo de planejamento ocorrendo em períodos pré-determinados pelo calendário escolar.

O professor estabelece com os demais envolvidos no processo educacional, qual o tempo, o espaço, os recursos financeiros e didáticos com que poderá contar. Também é esse o momento de pensar na

interdisciplinaridade, na organização e na contextualização dos conteúdos que se propõe trabalhar. Para formalizar o plano de ensino é preciso pensar no método que será utilizado. Ele vai indicar como ensinar, com o que ensinar, mas, sobretudo vai dar pistas sobre como o aluno aprende. Nesse plano se estabelece uma relação tempo e espaço, que é necessária para que se proceda a educação escolar, quando o professor assume a necessidade de um preparo prévio da classe para que a ação educativa seja eficiente.

É essencial levantar junto com demais professores quais são as dificuldades que são comuns, procedendo a uma avaliação diagnóstica através do estabelecimento de indicadores, onde não apenas se faça listagem de problemas encontrados.

Por isso, Alves & Villardi (1997) consideram que estabelecer indicadores significa: determinar evidências, fatos, situações e ações verificáveis que permitam saber qual a real condição da instituição de ensino onde se trabalha.

Para Silva (1998) é necessário proceder à descrição das situações que podem ser observadas se o ideal levantado no processo pedagógico estivesse sendo vivenciado pela instituição, pois os indicadores são sinais verificáveis de algo que não é possível se estabelecer diretamente. Essa ação de levantamento de dificuldades e proposta de soluções não deve ser objeto de estudo e cuidados por parte de apenas um professor, porque estaria restringindo o campo de percepção e de variáveis envolvidas. As construções coletivas têm o poder de despertar o sentimento de pertencer ao grupo, levando a um maior compromisso com a educação.

2.1 Formando professores voltados para a adaptação curricular

Professores que atuam nas diferentes redes educacionais estão assumindo os princípios do ensino aprendizagem colaborativo, em defesa da igualdade de oportunidades para todos os alunos.

Entendendo que, no espírito democrático que norteia a educação, após a LDBEN (Lei 9394/96), as escolas devem receber e abrigar todos os

alunos, independentemente, das suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou religiosas, os desafios que se apresentam aos docentes são muito grandes. Compete a cada professor entender e verificar junto aos instrumentos legais o que e como ensinar o aluno, caso ele apresente alguma deficiência ou diferença.

A UNESCO (1994) enfatiza que todos os educadores precisam receber orientações sobre as deficiências e, as limitações que pode encontrar na unidade escolar. Para Tessaro (2005) as maiores limitações que as pessoas apresentam quando são deficientes intelectuais estão centradas, não na deficiência e sim na falta de credibilidade e de oportunidades que sofrem ao longo de suas vidas. Para esse autor não há uma preocupação em conhecer qual o potencial e qual a aptidão que a pessoa, de fato possui.

Uma pesquisa acadêmica mostra essa realidade e vai mais além, indicando que a sociedade é limitada em suas convenções e se a escola promove a participação das crianças com deficiência intelectual, fazendo com que essas crianças participem de todas as atividades curriculares e extracurriculares, respeite suas características e lhes dê acesso a alternativas pedagógicas, esses alunos conseguem aprender.

Conforme Smolka apud Laplane (2005) é essencial que o professor entenda que o fato do aluno ser portador de uma deficiência intelectual não pode ser uma forte determinante em seu futuro, indicando o limite de seu desenvolvimento.

Ao trabalhar com classes onde há necessidade de adaptação curricular o professor precisa conhecer o pensamento de Freire (1986) conforme Gadotti (2001, p 253), quando ele exprime o fato que: o “educador e o educando aprendem juntos, numa relação dinâmica na qual a prática orientada pela teoria, reorienta essa teoria, num processo de constante aperfeiçoamento”.

Gadotti, (2001) explica que o educador é chamado a refletir sobre sua prática e se necessário a transformar, de forma concreta, levando o aluno a intervir na realidade que lhe é apresentada. Dessa maneira, além de oferecer ao aluno mecanismos para ampliar sua autonomia o favorece na ampliação de seu cognitivo.

Por isso, para Gadotti (2001, p. 253-254) é essencial lembrar que Freire advertiu sobre o fato da educação não ser neutra. Ela sempre se transforma em um ato político. Assim, ao trabalhar com seus alunos oferecendo a adaptação curricular está mostrando um ato político e sua formação profissional e, constituindo um ato político pedagógico.

2.2 O professor constrói o ensino – aprendizagem colaborativo

Os desafios na escola atual para o professor estão centrados em seu compromisso de ensinar a todos os alunos, gerando oportunidades iguais de aprendizagem para todos. Essa premissa não pode ser entendida senão com a visão de um ensino colaborativo onde contribuam todas as instâncias que atuam no ensino regular: professores do ensino, professores do serviço de apoio pedagógico especializado, professores coordenadores da escola, gestores escolares, equipes de educação especial das Diretorias Regionais de Ensino e, demais agentes que tomam parte no processo educacional e atuam com alunos com deficiência.

Assim,

() Cabe o entendimento de que, ao atribuímos profundo significado pedagógico e democrático à convivência de alunos com e sem deficiência nas mesmas escolas e salas, estaremos possibilitando que aprendam a partir de suas diferenças e ajudem-se mutuamente a desenvolver suas potencialidades. FERRAZ (2012, p.99)

Para que essa colaboração aconteça há necessidade de compartilhar a responsabilidade de planejar (professor da classe e professor especialista) e compartilhar metas, decisões, instruções de sala de aula, a responsabilidade com os alunos, passando pela avaliação e solução dos problemas que surgirem no dia a dia.

Essa atitude colaborativa faz com que os profissionais vejam a classe como responsabilidade conjunta, e suscita a incorporação e articulação de novos conhecimentos e diferentes saberes. Tendo em vista que há respeito

entre os atores do saber educativo e cada um reconhece o domínio do outro, o ensino colaborativo se fortalece.

Poder contar com a sala de recursos também potencializa a aprendizagem do aluno e torna-se um componente colaborativo importante para o professor do ensino regular, principalmente se pode contar com o serviço itinerante. Segundo Boer, (2012, p.90) com a atenção da itinerância “as possibilidades de suporte pedagógico especializado aos educandos tornam-se mais eficazes, (...) lida-se também com os professores sala regular”

A importância da itinerância decorre do fato que o professor do ensino especial analisa e observa as ações do aluno com necessidades especiais junto aos seus pares. Essa observação oferece a oportunidade de ver sua integração na classe comum, como ele é acolhido pelos colegas e professores e quais são as adaptações que devem ser providenciadas para consolidação dos ganhos já observados. Os relatos feitos por professores que trabalham o compartilhamento de atenção ao aluno mostram que há desenvolvimento de expressão, melhora de concentração, atenção e capacidade de interagir em classe, após a professora especialista orientar a colega da classe comum.

A troca de observação entre os dois professores amplia os ganhos do aluno pois ele consegue se aproximar do que é esperado para sua faixa etária, conforme as observações relatadas no Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (2007, p.47).

Dessa maneira, a avaliação do aluno fica mais consistente e é possível intensificar as práticas em sala de aula.

3. A AVALIAÇÃO E A AÇÃO DOCENTE ATENDENDO A ADAPTAÇÃO CURRICULAR.

Acreditando que a criança com deficiência tem condições de ampliar as suas potencialidades o professor ao se voltar para a adaptação curricular deve estar atento à avaliação, tanto imediata como a processual de sua prática e da criança.

Segundo Hoffmann (2012) não existe uma listade comportamentos e habilidades que enquadre todas as dimensões de expectativas que o aprendizado estabelece. Avaliar é segundo essa autora uma ação reflexiva, que o professor, enquanto mediador do processo ensino – aprendizagem desenvolve e exercita ao longo de sua prática docente.

Para Vygotsky (1988, p. 25) “a mediação é essencial para o desenvolvimento infantil”, considerando que há uma considerável diferença entre o que a criança pode aprender apenas com sua observação e atenção e aquilo que pode construir com a ajuda de um professor experiente, ou de uma pessoa com conhecimento, que lhe lança questões desafiadoras, tendo como ponto de partida o que a criança conhece e sabe.

A ação avaliativa deve partir da observação, do diálogo, da reflexão, entretanto precisa considerar pressupostos que demonstram que nem sempre os resultados correspondem ao que é esperado pelo professor. Além disso, o docente não pode ter como ponto de partida apenas a sua ação pedagógica.

A ação docente para realizar uma avaliação coerente do aluno e de sua prática deve estabelecer como ponto de partida procedimentos que estejam embasados em consulta documental (prontuário, ficha do aluno, receitas médicas, apontamentos de todos os profissionais que têm contato com a criança, anamnese do caso, etc). É essencial também entrar em contato com a família, para conhecer a realidade que esses familiares apresentam e também realizar a observação do comportamento do aluno: como ele se manifesta em classe, quais as manifestações motoras, emocionais e verbais que elabora.

Em seguida, com a atividade colaborativa da professora de itinerância é essencial observar em classe o aluno para detectar qual é a capacidade de interagir com os colegas, como se apresenta seu raciocínio, como planeja as suas ações, se soluciona os questionamentos que lhe são feitos.

Segundo o Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem de Alunos com Necessidades Especiais (2007, p. 59) “o enfoque no trabalho (...) deve ser voltado ao desenvolvimento das funções cognitivas superiores. A pessoa com deficiência intelectual mostra uma recusa ou negação ao saber”. Por isso, é

importante ajuda-lo a superar esse sentimento de inadequação e de negação do saber.

É essencial que o professor não dê respostas prontas, não faça o trabalho pelo alunos e não o deixe de lado do conhecimento que está sendo trabalhado com os seus colegas de classe, pois isso reforçaria sua condição de incapacidade. De acordo com os estudos atuais da área da neurociência, as pessoas que têm deficiência intelectual elaboram os mesmos esquemas de interpretação de linguagem que os demais colegas e passam pelos mesmos conflitos cognitivos.

As interações em sala de aula, no recreio e em todas as circunstâncias são essenciais para que o aprendizado se concretize com êxito. Ao indicar sua vivência e participar de forma autônoma e criativa nas atividades que lhe são propostas em sala de aula o aluno aprende a questionar o saber oferecido, e também se modifica diante do fato de não saber, de querer aprender e de se ver capaz de dar sentido e significado às coisas.

De preende-se que o professor junto com a equipe multidisciplinar precisa sempre estar revendo a teoria e a prática de suas ações para resultados concretos e melhoria da aula. Na educação de crianças com necessidades especiais essa primeira avaliação é fundamental, porque dará os parâmetros para elaboração das atividades que nortearão a prática docente.

3.1 Importância da teoria e prática na ação educacional do professor

O educador é aquele agente que em contato com a classe faz a interpretação do mundo, de acordo com Santos Filho (2003). Sua prática o leva a interpretar o que acontece na história dos homens. Portanto, Severino (2001, p.126) demonstra que “a práxis educacional realiza-se na ação concreta e singular dos educadores agentes”. Para ele a educação acontece com um processo histórico dentro da intencionalidade, de cada processo e de cada tempo. A filosofia da educação é essencial na formação do professor porque o situa no mundo e o faz compreender as intenções e significados das suas ações.

De acordo com Severino (2001) a educação escolar atualmente mostra novos valores e, enfrenta alguns desafios na tarefa de preservar a dignidade e também a liberdade de todas as pessoas, independentemente de sua situação. Para Santos Filho (2003, p. 81) “o exercício do magistério não acontece no vazio, em redomas ou fora de contextos como se fosse um fenômeno isolado”. Só ocorre a ação docente quando ela é analisada no contexto em que está acontecendo e, quando o educador tem consciência da complexidade que envolve seu trabalho com o aluno.

Conforme Severino (2001) as escolas ainda trabalham a teoria dissociada da prática e o educador, encontra dificuldade em fazer a mediação apropriando-se da teoria, para perceber as relações que compõem a rede de realidade social e levar o aluno a saber fazer bem sua aprendizagem.

A mediação conduz à avaliação da prática, que é um processo compartilhado, e deve contar com a colaboração dos professores (da classe e do especialista), do coordenador pedagógico, do diretor, e da família. Significa nesse momento prover uma intervenção, de modo remediativo, entendendo quais as barreiras que estão se opondo que a criança aprenda e participe das atividades sociais. Esse processo deve ser contínuo e permanente, porque estará clarificando as variáveis que estão atrapalhando a aprendizagem, e impedindo que o pleno potencial do aluno com necessidades especiais.

Por isso, no atendimento das crianças com necessidades especiais em classe é preciso fazer análises e reflexões tanto individual como coletivamente para que se conheça a face real da prática que o professor está desenvolvendo e possa melhorar se for necessário.

Para que a prática docente possa potencializar a permanência dos alunos com necessidades educacionais especiais em classes comuns é recomendável que a avaliação inicial e a processual estejam assentadas em claro referencial teórico. Nesse sentido, considera-se, (...) recomendável o uso dos pressupostos de Vygotsky sobre a aprendizagem humana. REFERENCIAL SOBRE A AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM (2007, P.33)

Vygotsky deu inúmeras contribuições para que o conhecimento do professor de construção de conhecimento se tornasse conhecido. Em suas

colocações ele mostrou a importância da escola, do professor e da sua ação na formação da pessoa humana.

Seu conhecimento se estendeu também para as crianças com necessidades especiais, pois ele mostrou que há possibilidade dessas crianças aprenderem, desde que os professores coloquem em ação estratégias educacionais e possam reformular o currículo sempre que necessário para que o conhecimento se estruture.

A criança recebe da família as primeiras influências e a partir dela ela estrutura e aceita os valores culturais que fazem parte da realidade social a que pertence. Essa bagagem internalizada se transforma em um saber inerente à criança e que deve se tornar conhecida do docente da classe porque ela é o alicerce sobre o qual se faz a construção do conhecimento formal.

De acordo com Hoffmann (2005) na avaliação inicial que o professor faz do aluno é essencial observar que esse primeiro saber, produto do senso comum e das relações sócio-familiares, facilmente, pode se transformar em mecanismos de exclusão. Por isso, nessa primeira avaliação processual o professor atento sabe que, o fato do aluno não dar as respostas convencionais, ou não fazer o que é a ele solicitado, não significa desconhecimento, alienação ou falta de interesse.

Olhar com sensibilidade esse momento de avaliação é mostrar respeito ao aluno, de acordo com o Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem (2007, p.32), e que “não parar para atender ao aluno e às suas necessidades é um autêntico suicídio pedagógico.

Assim, ao realizar sua avaliação e ao buscar melhorar a inclusão dos alunos, de acordo com o Referencial sobre Avaliação da Aprendizagem (2006, p.9), o professor precisa considerar os seguintes princípios norteadores:

- A avaliação é um processo compartilhado, a ser desenvolvido, preferencialmente na escola, envolvendo os professores, coordenador pedagógico, diretor, professor especializado e a família. Tem como finalidade conhecer para intervir, de modo preventivo ou remediativo, sobre as variáveis identificadas como barreiras para a aprendizagem e a participação social, contribuindo para o desenvolvimento global do aluno e para o aprimoramento das instituições de ensino;

- A avaliação constitui-se em processo contínuo e permanente da análise das variáveis que interferem no processo de ensino e de aprendizagem, objetivando identificar potencialidades e necessidades educacionais dos alunos e das condições da escola e da família. (BRASIL, MEC/SEESP, 2006, p. 9).

A avaliação em processo praticada pelo professor deve desvendar as reais dificuldades dos alunos e ao ser abraçada pelos integrantes da equipe multidisciplinar. Assim Mantoan (2004) enfatiza:

(...) Acredito, portanto, que todo o empenho deverá ser dirigido no sentido de integrar ao sistema escolar regular normal a maior parte das crianças; mas me parece que uma parcela significativa de indivíduos portadores de deficiências terá melhores oportunidades de aprendizado e de desenvolver de forma otimizada seu potencial em uma situação de aprendizado diversa daquela que nosso sistema educacional regular pode oferecer-lhes nos dias de hoje. (MANTOAN, 2004 p. 67)

Ocorre então, a integração com qualidade pelo empenho do educador, da família e a escola, quando é otimizado o potencial da criança, respeitada sua socialização com ações pedagógicas concretas e abrangentes

Mantoan (2004) demonstra que essa mudança de paradigmas precisa estar voltada para a inclusão, com diagnóstico bem feito e bem elaborado. Assim, o objetivo da avaliação sempre será a identificação das dificuldades da criança e dos obstáculos para sua inclusão no ambiente e na escola, incluindo nessa avaliação o cuidado com o plano de ação com que se irá trabalhar. Esse plano de ação, com o currículo alternativo e a adaptação ajudarão na inserção do aluno com necessidades especiais (mental ou física) na sociedade, com real inclusão.

CONCLUSÃO

Receber na escola regular os alunos com necessidades especiais e promover sua real inclusão é uma tarefa complexa e que precisa do compromisso de todos que fazem parte da equipe multidisciplinar de cuidados com os alunos com necessidades especiais. Embora não seja recente a abertura das escolas para receber alunos com necessidades especiais e existam mecanismos legais que respaldam a inclusão, os professores encontram barreiras que dificultam ou impedem o aluno de progredir cognitivamente.

Essas barreiras partem do desconhecimento da legislação, do não atendimento aos preceitos legais, da pouca política realizada pelos órgãos centrais na adequação de prédios e escolas.

No entanto, embora com dificuldade, nota-se um avanço nas tratativas para atendimento da criança com necessidades especiais na escola. A formação das equipes multidisciplinares, a tomada de decisão nos momentos de elaboração do Projeto Político Pedagógico, a formação dos professores, a adaptação curricular e a avaliação que é feita sob perspectivas mais claras e abrangentes são indícios de mudanças favoráveis na rede escolar.

Nesse estudo, se comprovou que existem novas diretrizes para nortear a política de atendimento dos alunos com necessidades especiais na escola, e que esses materiais dão condições do professor de ampliar seu conhecimento, aprimorar sua prática e nortear condutas que darão segurança para sua ação docente.

No primeiro capítulo se indicou a importância da adaptação curricular, pois o aluno deve ser visto como o sujeito de sua história o currículo engessado impede a ampliação de sua visão de mundo. Mostrou-se a necessidade do professor conhecer as adaptações necessárias e através delas atender o conjunto de necessidades especiais que lhe chegam em sala de aula.

No segundo capítulo se mostrou a importância da flexibilização curricular para que os objetivos, os métodos e as estratégias utilizadas pelo professor sejam conhecidas e assumidas pelos integrantes da equipe. O

trabalho colaborativo traça as bases necessárias para que o conhecimento se efetive e se amplie e a itinerância é um instrumento que otimiza a ação docente. Portanto, não se pode prescindir de nenhuma dessas instâncias ao se trabalhar a inclusão.

O terceiro capítulo abordou a avaliação mostrando-a como instrumento válido para que se conheça o progresso do aluno. Ao conhecer a bagagem social e familiar do aluno o professor traça com a equipe as formas mais exatas de atender seu aluno tendo como norte as políticas públicas de inclusão, com o cuidado de que o aluno seja respeitado em seu percurso acadêmico.

Concluindo, destaca-se a importância de o processo educativo contemplar todas as habilidades psicossocial dos alunos que estão matriculados na escola, sem descuidar daqueles que apresentam na avaliação clínica de um laudo que os indica como portadores de necessidades especiais. A mediação do professor e da equipe escolar é essencial para que seja despertada no aluno a motivação para aprender, e a partir dessa motivação o aluno possa encontrar seu equilíbrio pessoal, emocional e afetivo e estabeleça as bases do seu aprendizado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda e VILLARDI, Raquel (orgs) **Múltiplas Leituras da Nova LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96)**. Rio de Janeiro: Dunya, 1997.

ASSUBEL (1978) apud STENBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BOER, Wânia Aparecida. **Avaliação Pedagógica**: um recurso para tomada de decisões. In Deficiência Intelectual: realidade e Ação. São Paulo. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio pedagógico Especializado- CAPE org. Maria Amélia Almeida. São Paulo: SE, 2012.

BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: **Desenvolvendo Competências para o Atendimento às Necessidades Especiais de Alunos Cegos e Alunos com Baixa Visão**. 2ª ed, SEESP/MEC, Brasília, 2006.

BRASIL **PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS**. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria da Educação Fundamental- 3ª. Edição- Brasília, 2001.

BRASIL **Projeto Escola Viva**- Garantindo o acesso e a permanência de todos os alunos na escola-alunos com necessidades especiais educacionais. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2000

BRASIL. Saberes e Práticas da Inclusão: **Avaliação para identificação das necessidades especiais** 2ª ed, SEESP/MEC, Brasília, MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BRASIL. **Lei 9.394** de 31/01/2006. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 2006.

COLL. César. **Psicologia e Currículo**. São Paulo: Ática, 1999.

EYSENCK, Michael W.; KEANE, Mark T. **Cognitive psychology**: a student's handbook. United Kingdom: British Library Cataloguing in Publication Data, 1994.

FERRAZ, Generosa Monteiro. **Caminhos para a Construção de um ensino-aprendizagem colaborativo**. In Deficiência Intelectual: realidade e Ação. São Paulo. Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio pedagógico Especializado- CAPE org. Maria Amélia Almeida. São Paulo: SE, 2012.

FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.) **Gestão Democrática da Educação**: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Editora Cortez, 2003.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. **História das idéias pedagógicas**. 8. ed. São Paulo: Ática, 2001.

São Paulo (SP) Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre a Avaliação da Aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**: Secretaria Municipal de Educação- São Paulo:SME/DOT, 2007.

São Paulo (SP) Secretaria Municipal de Educação. Diretoria de Orientação Técnica. **Referencial sobre a Avaliação da Aprendizagem de alunos com Necessidades Educacionais Especiais- Educação Infantil**: Secretaria Municipal de Educação-São Paulo:SME/DOT, 2006.

São Paulo (SP) Secretaria da Educação. Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado -CAPE. **Deficiência intelectual realidade e ação**/Secretaria da Educação-Núcleo de Apoio Pedagógico Especializado -CAPE organiza~]ao, Maria Amélia Almeida- São Paulo : SE, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Egler, **Compreendendo a Deficiência Mental**. Novos Caminhos Educacionais, ed. Scipione, 2004

SANTOS FILHO, J.C. **Educação no Século 21: Desafios e Perspectivas**. Engenheiro Coelho-SP:UNASPRESS-Imprensa Universitária Adventista, 2003.

SEVERINO, A. J. **Educação, sujeito e história**. São Paulo: Olho d' Água, 2001.

STENBERG, Robert J. **Psicologia Cognitiva**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VYGOTSKY, Lev S.A **formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

Artigo <http://queconceito.com.br/adaptacao-curricular> acessado em 5/6/2018.